

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Laura Cruz da Silva

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O
EMPODERAMENTO FEMININO**

**Santa Maria, RS
2022**

Laura Cruz da Silva

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O
EMPODERAMENTO FEMININO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social

Orientadora: Prof^ª.Dr^ª Larissa Ramalho Pereira

Santa Maria, RS
2022

Laura Cruz da Silva

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O
EMPODERAMENTO FEMININO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**.

Aprovada em 15 de fevereiro de 2022:

Dr^a Larissa Ramalho Pereira (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Dr^a Vanelise de Paula Aloraldo

Santa Maria, RS
2022

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de anos de aprendizado e de uma trajetória longa de desafios que se puseram desde a infância, nos primeiros aprendizados, primeiros professores, até os tempos atuais, das particularidades de vida que se fizeram presente ao longo da graduação em Serviço Social e tiveram papel importante na construção dessa trajetória. Agradeço a todos que fizeram parte desse processo e contribuíram ao longo do percurso:

Principalmente, à minha mãe, Virginia Cruz, que como mulher e mãe teve um papel fundamental sendo minha base para continuar estudando nos momentos de dificuldade e pela rede de apoio nos cuidados aos meus filhos.

Ao meu pai, Paulo Cesar, pela paciência e compreensão em prestar auxílio nos momentos de dificuldade.

Aos meus irmãos, Jeferson, Rodrigo e Tales, pelo exemplo e inspiração a seguir determinada, focada e resistente.

À minha irmã Silvana Cruz, pelo auxílio em todos os momentos que foi solicitado e principalmente, pelos momentos de conselho, troca de saberes, “puxões” de orelha e também, pela preocupação com a minha saúde mental e qualidade de vida.

Aos meus filhos amados, Henry e Cassiano, por serem minha força e determinação para chegar aos meus objetivos, ainda que não tenham entendimento, no futuro, entenderão o porquê de a mamãe precisar se ausentar em alguns momentos.

À minha querida avó Ramirinha, que sempre torceu muito por mim e com certeza, lá de cima me auxiliou espiritualmente nos momentos de aflição.

À toda a minha família, apesar da distância, pelo amor e carinho.

À Universidade Federal de Santa Maria que me propiciou o ingresso ao ensino superior e ao Curso de Serviço Social que na luta pela qualidade do ensino público e pela política de assistência estudantil na garantia de efetivar um ensino qualificado e gratificante à todos os estudantes.

À categoria profissional que lutou pela assistência social como um direito, sem os quais não poderia estar me inserindo nessa profissão.

Às minhas supervisoras de estágio, assistentes sociais Ângela Maria Oliari e Cátia Viviane Maia Leão, pelos ensinamentos e aprendizados sobre a práxis profissional, e contribuição na formação de um profissional crítico e propositivo.

À minha colega e amiga Lisiane Pinto Correa, por participar dessa caminhada com muitas discussões e trocas de saberes que tiveram um papel muito importante.

Sem a ajuda de todos vocês, este processo não teria sido o mesmo.

RESUMO

A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O EMPODERAMENTO FEMININO

AUTORA: Laura Cruz da Silva

ORIENTADORA: Larissa Ramalho Pereira

O presente trabalho de conclusão de curso se constitui como uma pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa, propondo debater a Política Nacional de Assistência Social no processo de empoderamento feminino e as contribuições do trabalho de assistentes sociais na aplicação desta Política como incentivo ao empoderamento. Tem como objetivo geral analisar as particularidades das mulheres na sociedade brasileira, na busca por empoderamento, bem como se desdobra nos seguintes objetivos específicos: identificar as condições de vulnerabilidade das mulheres no Brasil; entender o impacto do trabalho das assistentes sociais no Centro de Referência de Assistência Social na construção do empoderamento feminino. Para tanto, realizou-se um estudo histórico sobre a Política Nacional de Assistência Social; o Sistema Único de Assistência Social; e o Centro de Referência da Assistência Social, na atuação da Política e como porta de entrada na Proteção Básica, e a condição da mulher na divisão social, sexual e racial do trabalho, pautado em uma revisão bibliográfica das discussões atuais sobre gênero e Serviço Social, e uma análise da realidade crítica apreendida no estágio curricular em Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social Oeste. Por fim, concluiu-se que a estrutura que organiza a aplicação da Política, isto é, Estado e gestão municipal, pela atual situação de desmonte das políticas públicas, precariza a atuação das assistentes sociais, no que diz respeito ao direcionamento do serviço como está previsto na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único da Assistência Social. Para além disso, por mais ético, qualificado e comprometido que o profissional seja, as condições mínimas para realização do trabalho são essenciais para se alcançar êxito nas ações propostas. Este estudo, documentando a realidade, procura dar concretude à discussão, ao enfrentamento sobre as dificuldades de implementação da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social e à luta pela qualidade dos serviços assistenciais.

Palavras-chaves: Assistência Social. Política Nacional de Assistência social. Gênero. Empoderamento feminino.

ABSTRACT

SOCIAL ASSISTANCE POLICY AND WOMEN EMPOWERMENT

AUTHOR: Laura Cruz da Silva
ADVISOR: Larissa Ramalho Pereira

This present work is a final graduation paper as a bibliographic and documental research of qualitative nature, which proposes to discuss the National Policy of Social Assistance in the process of women empowerment and the contributions of social workers in the application of this Policy as an incentive to empowerment. The general objective is to analyze the particularities of women in Brazilian society, in their search for empowerment, as well as it unfolds in the following specific objectives: to identify the conditions of vulnerability of women in Brazil; to understand the impact of the work of social workers at the Reference Center of Social Assistance in the construction of female empowerment. For this purpose, a historical study was carried out about the National Social Assistance Policy; the Unified Social Assistance System; and the Reference Center of Social Assistance, in the performance of the Policy and as a gateway to Basic Protection, and the condition of women in the social, sexual and racial division of work, based on a bibliographic review of current discussions about gender and Social Work, and an analysis of the critical reality apprehended during the Social Work internship at the West Reference Center of Social Assistance. Finally, it was concluded that the structure that organizes the application of the Policy, that is, the State and municipal management, due to the current situation of dismantling public policies, makes the performance of social workers precarious, as far as the direction of the service is concerned, as foreseen in the National Social Assistance Policy and Unified Social Assistance System. Furthermore, no matter how ethical, qualified, and committed the professional may be, the minimal conditions for carrying out the work are essential to achieve success in the proposed actions. This study, by documenting the reality, seeks to give concreteness to the discussion, to the confrontation of the difficulties in implementing the National Social Assistance Policy and Unified Social Assistance System, and to the fight for the quality of assistance services.

Key-words: Social Assistance. Social Assistance Policy. Gender. Woman Empowerment

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	O CAPITALISMO E SUAS CONTRADIÇÕES.....	12
2.1	O REFLEXO DO CAPITAL NA SOCIEDADE HUMANA: SUAS MANIFESTAÇÕES E CONTRADIÇÕES.....	12
2.2	AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO SISTEMA CAPITALISTA E AS REPERCUSSÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	18
3	O EMPODERAMENTO FEMININO NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA: UM OLHAR PARA O BRASIL.....	21
3.1	A DINÂMICA SOCIAL DA CATEGORIA GÊNERO E EMPODERAMENTO....	21
3.2	A “QUESTÃO SOCIAL” NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	25
4	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA: UM ESPAÇO DE PRIMAZIA FEMININA..	29
4.1	ANÁLISE NA REALIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	31
4.2	AS CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO FEMININO: CONSIDERAÇÕES DO ESTÁGIO CURRICULAR.....	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS.....	

1 INTRODUÇÃO

Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, estabelece o artigo 5º da Constituição Federal, promulgada no dia cinco de outubro de 1988. Partindo do princípio que se vive em uma sociedade moldada pelo patriarcado, a constituição de 1988 avança em diversas áreas em relação à emancipação feminina. As mulheres conquistaram maior autonomia e têm seus direitos assegurados por leis.

Contudo, o processo de emancipação e empoderamento feminino ainda não alcançou todas as mulheres (MONTEIRO, 2018). Sabe-se que mulheres negras, com menor grau de instrução e condições socioeconômicas desfavoráveis são mais vulneráveis a desigualdades nas relações sociais e de gênero, que se apresenta de diferentes formas, desde o preconceito até a violência (IBGE, 2019 IBGE, 2016 MONTEIRO, 2018).

Frente a isso, o assistente social desempenha atividades laborais em diferentes segmentos e espaços sócio ocupacionais, com os mais variados públicos, destacando aqui o impacto que esse profissional pode ter na vida das mulheres, principalmente das usuárias dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), tendo em vista tratar-se do público com maior acesso e participação nas ações socioassistenciais (BRASIL, 2021). As usuárias apresentam diversas demandas, muitas com a mesma raiz, agravadas pelo fato de serem mulheres em uma sociedade ainda machista.

Pondera-se que os CRAS fazem parte da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual embasa a formação e atuação dos assistentes sociais (BRASIL, 2005). Sendo a Assistência Social organizada em um sistema descentralizado e participativo denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme estabelecido na PNAS. Autores ponderam que essa política ainda está muito arraigada aos padrões patriarcais, reduzindo o papel das mulheres às funções básicas de cuidado, proteção e responsáveis pela esfera doméstica, determinando o lugar do feminino no seio familiar, aos papéis e funções de uma visão tradicional (SOUSA et al, 2020). Assim, a formação para emancipação e geração de renda das mulheres se faz necessária (MONTEIRO, 2018).

É essencial na formação em serviço social que questões referentes às vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres devem ser discutidas, bem como estratégias e ferramentas que possam estimular o empoderamento feminino. Servindo de subsídio para os assistentes sociais que trabalham com mulheres, pois estes profissionais também são, em sua grande parte, mulheres (CISNE, 2007), torna-se um trabalho de mulheres para mulheres.

O CRAS, como local de convivência e participação popular, contribui para a conscientização sobre direitos, para a inserção social e para a melhoria do bem-estar das mulheres, fatores percebidos pelo interesse das usuárias por cursos, oficinas, informações sobre programas sociais e atendimento psicológico. Nesse caso, constituindo os objetivos estabelecidos pela PNAS, que provê serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem.

Entende-se que os CRAS atuam na perspectiva da inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural. Além disso, visam assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência tanto familiar quanto comunitária (PNAS,2004). Desse modo, qualquer forma de atenção ou de intervenção no grupo familiar precisa levar em conta sua singularidade, sua vulnerabilidade no contexto social, além de seus recursos simbólicos e afetivos, bem como sua disponibilidade para se transformar e dar conta de suas atribuições (ANDRADE FILHO, 2019).

Ao longo da graduação, a questão de gênero sempre foi uma constante inquietação perante os estudos, o embasamento teórico-crítico de forma relacional à realidade do cotidiano das mulheres brasileiras, que assim como da própria estudante, mãe, trabalhadora também decorre em dificuldades estruturais que permeiam a sociedade patriarcal e sobrecarregam a mulher.

Neste contexto, através do Método Dialético Crítico se entende a importância do método pois se configura adequado para o conhecimento da realidade social (MANDEL, 1968). Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, bem como os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites, ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais, mas a pesquisa e a teoria que dela resulta da sociedade, exclui qualquer pretensão de “neutralidade” (NETTO, 2009).

A partir do método, então, foi realizado uma pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa, onde se buscou as documentações da própria legislação da assistência, a Lei Organiza de Assistência Social, as normas e diretrizes estabelecidos pela PNAS, NOB-RH, e SUAS, bem como as documentações que no local de Estágio Curricular Obrigatório, e o próprio Projeto de Intervenção. Tive como fonte principal autores como Marx, Antunes, Berman, Tonet, Hofling, Harvey no Capítulo 2 e nos subtítulos. Assim como, para realizar o entendimento do Capítulo 3, como nos subitens também, debruçou-se sobre Quijano, Piscitelli,

Butler, Cisne, Saffioti, Friedman, González. Seguindo, o Capítulo 4 e os subitens foram Sposat, Couto, Raichelis, Silva, Yasbek, Guerra, Iamamoto, Netto.

Portanto, tem-se como questão de pesquisa a Política Nacional de Assistência Social como resposta às vulnerabilidades encontradas nas usuárias mulheres frequentadoras do CRAS, que buscam por empoderamento. Como resposta à essa demanda, o que se analisou foi a implementação da PNAS através do trabalho das assistentes sociais no incentivo ao empoderamento.

2. O CAPITALISMO E SUAS CONTRADIÇÕES

Este capítulo inicia a interlocução entre o processo de compreensão e reflexão da vida regida pelo sistema capitalista, visto que, desde o início da formação acadêmica em Serviço Social, faz-se presente a leitura da questão social¹ como raiz da profissão. Dessa maneira, a importância de relacionar a consciência de classe, raça e, por fim, mas não menos importante, gênero, que é a base do presente trabalho, procurando expor o desenvolvimento da hegemonia do capitalismo através do enaltecimento do patriarcado² como forma de dominação e aliado na sua reprodução, baseado numa sociedade moldada na lógica do conservadorismo. Para compreender o porquê de nos tempos atuais ainda vivenciarmos um retrocesso na luta contra as consequências da hegemonia patriarcal no desenvolvimento da sociedade, são apresentados os seguintes pontos: o reflexo do capital na sociedade humana: suas manifestações e contradições e sua relação desigual e contraditória com a mulher.

2.1 O REFLEXO DO CAPITAL NA SOCIEDADE HUMANA: SUAS MANIFESTAÇÕES E CONTRADIÇÕES

Inicialmente, será apresentada a produção e a reprodução do modo de produção capitalista e movimentos que culminam no acirramento da contradição capital *versus* trabalho. Infere-se que conhecer este processo é fundamental para que, sobretudo, reforce-se o entendimento da relação teórico-prática que está presente no agir profissional. Ou seja, ir à essência do modo de produção capitalista é fundamentalmente importante para que não se corra o risco de analisar

¹será abordado posteriormente no item 3.2

²“patriarcado é um sistema profundamente enraizado na cultura e nas instituições, o qual o feminismo busca desconstruir. Ele tem por estrutura a crença em uma verdade absoluta, que sustenta a ideia de haver uma identidade natural, dois sexos considerados normais, a diferença entre os gêneros, a superioridade masculina”

as expressões da questão social de forma superficial, imediata e fragmentada do contexto histórico. Portanto, a seguir são apresentados os principais componentes deste modo de produzir a vida, em um contexto de brutalidades: o capitalismo.

Abranger o capitalismo é discorrer sobre a sua origem histórica e a compreensão desse fenômeno na sociedade contemporânea, visto que esse sistema visa a subordinação da sociedade a si e garante sua dominação através de mercadorias que precedem a troca entre os seres humanos. Essa troca abandona e desconsidera as necessidades humanas pois está meramente ligada às instituições de “valores de uso” e “valor de troca”, sendo que esse atributo está inteiramente ligado a cumprir apenas às necessidades do capital em impor sua expansão que, por si só, preconiza os próprios interesses em preservar a acumulação de mercadorias, o que afirma o poder desse modo de produção e distingue sua estrutura como devastadora e destrutiva para a natureza, o meio ambiente e seus recursos básicos, caracterizando o homem como seu próprio agente de destruição. Salientado por Antunes (2000, p.25-26),

Sendo um modo de metabolismo social totalizante e, em última instância, incontrolável, dada a tendência centrífuga presente em cada microcosmo do capital, esse sistema assume cada vez mais uma lógica essencialmente destrutiva. Essa lógica (...) deu origem a uma das tendências mais importantes do modo de produção capitalista, que Mézáros denomina taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas (...) O capital operou, portanto, o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de autorreprodução de si próprio. Quanto mais aumentam a competição e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias.

Igualmente pode-se observar na crítica de Marx ao modernismo em “Tudo o que é sólido desmancha no ar”, retrato de como o capitalismo opera dentro do trabalho, seus movimentos e comunicações na organização e reorganização da natureza e de si mesmo, refletindo em atividades intermináveis que conduzem a novas atividades, a sonhos que viram projetos, ideias contínuas que alteram a realidade; nas quais nutrem-se novas formas de vida e ação. Sendo que tantos movimentos acabam visando apenas um fim – fazer dinheiro, acumular capital.

O constante revolucionar da produção, a ininterrupta perturbação de todas as relações sociais, a interminável incerteza e agitação distinguem a época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações fixas, imobilizadas, com sua aura de ideias e opiniões veneráveis são descartadas; todas as novas relações recém-formadas se tornam obsoletas antes que se ossifiquem. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os

homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens (BERMAN, 1982, p. 338).

Adentrar na discussão acerca da natureza humana e sua relação capital x trabalho é o que direciona o entendimento dos objetivos de produção na qual o capitalismo se ancora, afinal, o trabalho deixa de ser apenas o eixo fundamental da sociabilidade humana; sendo a atividade que nos distingue de outros seres naturais. Nessa perspectiva, o capitalismo destrói as possibilidades humanas que ele mesmo cria, acaba por estimular e forçar o autodesenvolvimento de forma exacerbada, incoerente e distorcida, o que pressiona os talentos e possibilidades do mercado até a sua exaustão, reprimindo de maneira drástica as chances de manifestação individuais. A lógica de uma sociedade orientada por esse modo de produção direciona os diversos tipos de trabalho como parte de um todo, de modo que não exista uma articulação dos trabalhadores a respeito da totalidade social na qual eles se encaixam. Dentro desse ritmo acelerado visando uma carga horária cada vez mais exaustiva, reprime-se a organização dos organizadores como uma classe social, impossibilitando que se articule em reivindicações. Pelo que se vive sobre a mudança técnica do trabalho estando em consonância com a alta produtividade e controle do capital mundial, os trabalhadores acabam por aceitar os empregos possíveis, por mais precário que possa ser, ou a alternativa é o desemprego. Dado que as características de todo modo de produção social assentam-se primeiro na urgência de sua manutenção, suprimir as relações sociais de produção e tomá-las por relações efetivamente entre mercadorias e o momento da troca como sociabilidade é um importante conduto para a permanência do modo capitalista de produção. Segundo Marx (1988a, p. 659),

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução. As condições da produção são simultaneamente as de reprodução.

Ou seja, a sociedade tem de produzir e reproduzir para além do consumo, para criar constantemente novas necessidades sociais, sendo que a constante necessidade de criação alimenta o processo do modo de produção capitalista, o que ressalva que o eixo principal na reprodução do capital é o trabalho. Para Pochmann (2001), a relação da venda da força de trabalho ao capitalista gera uma mercadoria, muito embora o ser social não possa ser reduzido à mercadoria, considerando que, para garantir a sua reprodução, para efetuar a compra dos meios de subsistência necessários à sua manutenção, o trabalhador aliena sua força de trabalho

ao longo de uma jornada. Em tal perspectiva, sendo o próprio trabalho o sentido que estabelece o processo de produção material da vida, configura-se historicamente como um modificador social, tendo em sua base o fortalecimento do pensamento alienado às condições reais de organização da vida social. Desse modo, impacta na liberdade e busca de autonomia dos sujeitos, frente às suas capacidades de autodeterminação e fragiliza o desenvolvimento das potencialidades e habilidades dos indivíduos, sendo que a liberdade, autonomia e a emancipação plena dos indivíduos sociais são o principal ponto do Código de Ética do Assistente Social. Nessa perspectiva, enquanto categoria social, defende-se que uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres supõe a erradicação do capital e de todas as suas categorias. Sem erradicação é impossível a constituição de uma autêntica comunidade humana (TONET, 2005).

Portanto, sendo um dos pontos que instiga o processo de conhecimento do Assistente Social, o reflexo do capital na sociedade humana, suas manifestações e suas contradições que geram a pobreza, a vulnerabilidade e reduzem as possibilidades de modificação dessas realidades é uma categoria que enfrenta muitos desafios enquanto depende do papel do Estado no fortalecimento das políticas sociais.

[...] sem justiça e sem direitos, a política social não passa de ação técnica, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política quando consegue traduzir-se nisto (VIEIRA, 2004, p.59)

Juntamente a isso, é necessária uma visão histórico-processual da realidade de desafios que são estruturais e que decorrem da base econômica capitalista, tendo o Estado como um espaço contraditório cuja hegemonia é conservadora. Nesse aspecto, nem o Estado nem o governo que está no poder, nem a sociedade ou as instituições que a conformam são blocos monopolíticos e homogêneos; eles são constituídos por forças sociais em confronto. Explorar as contradições é disputar espaços e lutar pela hegemonia, é buscar construir a contra-hegemonia; é reconhecer que a totalidade é constituída de elos indissociáveis e, que, portanto, embora não apareça no imediato, toda ação terá implicações no todo. Isso significa que, mesmo que não se consiga mudar o todo no imediato, as mudanças cotidianas e imediatas têm e terão implicações na totalidade, porque as conexões que existem entre realidades diferentes criam unidades contraditórias. Diferentemente do que se entende por governos, de forma que estes passam, o Estado fica e é a perspectiva de transformação do Estado que deve se direcionar às ações da assistência social, no sentido de materializar aquela concepção de direito, de cidadania e de política social que, inegavelmente, passa pela responsabilidade do Estado.

Entretanto, há uma tendência à estagnação do fundo público nos países periféricos que perpassa todos os governos e modelos de gestão atuais, e nesse viés caracteriza o Estado brasileiro em uma enorme perda no financiamento das políticas sociais, usando como desculpa o ajuste fiscal, funcionando como um componente principal na reprodução do capital. Nessa crise de direitos, mesmo que os trabalhadores se mobilizem para que a verba pública vá de encontro com a garantia de seus direitos através das políticas públicas, o capital em sua reprodução por meio dos subsídios econômicos do Estado, com sua força hegemônica, consegue assegurar a participação do Estado em sua reprodução, com intuito de participação no mercado financeiro, o que garante que o fundo público seja um pressuposto para o capital. A partir dos anos 1990, os repasses do fundo público para outras instâncias apresentam o desmonte e destruição do Estado brasileiro em adaptação à nova ordem global de interesse capital, uma característica de cunho econômico, mas que socialmente resultou no retrocesso social que caracteriza a sociedade burguesa brasileira atual como antidemocrática e inercial. Assim, a defesa da equidade e a justiça, a partir da Constituição, busca assegurar os bens e serviços relativos a programas e serviços sociais, como forma que possibilite a perceptiva da construção de uma sociedade onde os homens possam produzir bens suficientes para atender suas necessidades segundo suas capacidades e habilidades. Como um dos valores supremos da sociedade, é notório apontar que, para que aja uma justiça social efetiva, a equidade e a justiça fazem parte do cotidiano do assistente social. Porém, nessa perspectiva, as desigualdades tão consolidadas e presentes na nossa sociedade brasileira não permitem sua efetivação.

Nessa linha de pensamento, a “reforma” do Estado atuou como forma de retirar o papel do Estado ainda mais de suas funções produtivas, o que serviu de campo aberto para uma campanha de privatizações com justificativas de atrair capital e melhorar a qualidade dos serviços que o Estado não estava garantindo com eficiência, sendo o principal fator que atraiu o terceiro setor na execução das políticas públicas. Como prerrogativa do Assistente Social, a participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais e na formulação e implementação de programas sociais artigo 4º da Lei n.8.662/93, embora faça parte desse cenário, a formulação e implementação eficaz se faz pelo papel que cada governo do Estado e como se desempenha. Passando apenas da perspectiva de função, é uma estratégia de intervenção governamental do Estado. Assim, as políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HOFLING, 2001, p.31).

Dessa forma, os precedentes da contrarreforma no Brasil se apresentam como uma dualidade, pois onde apontam o Estado como o problema central a ser solucionado, ao mesmo tempo, o Estado é massacrado economicamente pela inserção no jogo de política capitalista mundial; resultando na transferência de recursos do orçamento público como pagamento dos juros da dívida pública, o qual serve de pressupostos à pressão financeira cair sob as políticas sociais, dando espaço para o mercado avançar no setor público e dando lugar à mercantilização e terceirização da seguridade social. Essa nova ordem de desobrigação do Estado legitima a parceria entre ONGs e Instituições Filantrópicas que, combinado ao serviço voluntário, foi o conjunto necessário para a desresponsabilização do Estado pela política social e aumento do sentimento de responsabilidade social. Esse processo visa envolver a todos e a cada um, em uma ação que, se é reformista, não é revolucionária, na medida em que propõe que combata os sintomas da crise, sem, no entanto, questionar o modelo econômico que contribui à sua produção (CARRION, GARAY, 2000). Nesse sentido, empobrece o trabalho do serviço social, pois, além de ser um retrocesso às conquistas da categoria profissional, sendo medidas de “bem-estar” social e não de acesso efetivo e garantia de direitos, resultam apenas no aumento das demandas sociais como o desemprego e a pobreza. Esse modelo privatista, focalista, e descentralizador se caracteriza com o aumento nas restrições e na redução nas políticas sociais, usando como argumento a crise fiscal do Estado. Ou seja, o conjunto de direitos duramente conquistados no texto constitucional foram, de uma maneira geral, submetidos à lógica do ajuste fiscal, permanecendo – mais uma vez – uma forte defasagem entre direito e realidade (SALAMA, VALIER, 1997, p.110). A política pública, assim como salienta Yasbek (1993), uma refilantropização das políticas sociais, que implica um retrocesso na sua formatação constitucional. É nessa perspectiva que o assistente social tem como dever o empenho na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais, apresentando propostas, programas e intervenções junto aos responsáveis pela instituição ou entidade, desempenhando um papel de repasse dos serviços sociais garantidos à população. Sabendo-se que as condições institucionais muitas vezes reproduzem os valores do capitalismo, e que se contrapõem ao Código de Ética do assistente social, trazendo contradições na implementação dos serviços sociais e no agir profissional, pois, se já estão institucionalmente assegurados, depende do trabalho do assistente social e seus pares (psicólogos e demais técnicos do CRAS) viabilizá-los e dispô-los ao usuário.

A crise do capital trouxe impactos em todos os países dependentes do bloco capitalista financeiro estadunidense, propagando de forma cascata de uma esfera para outra e de uma localização geográfica para outra, onde quem mais sofre são os países mais pobres, aumentando

significativamente o quadro de desnutrição e mortes por fome. Demonstrando que as crises financeiras no mundo capitalista afetam não somente a bolha do bloco econômico, mas, em nível global, também os países que abastecem a produção desse sistema, reforçando a globalização da pobreza. Para Antunes (2003, p. 31),

[...] como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

Entende-se que essa crise consolidou o que entendemos por neoliberalismo, e que até então tem feito o possível para ser bem sucedido na imagem que representa ser: liberdade individual, privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimando o poder da classe capitalista a julgar pela centralização da riqueza. Assim evidencia-se, segundo Antunes (2003, p. 26)

[...] separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de auto-reprodução de si próprio. Quanto mais aumentam a competição e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devoradora e dominadora, articulada com um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas.

O momento atual do capitalismo é de total subordinação aos interesses do sistema que ele mesmo gerou. Vivenciamos uma total exploração da força de trabalho, porque por mais que a disponibilidade do trabalho não seja mais um problema para o capital pelos últimos 25 anos, em contrapartida, reforça a precarização do trabalho, os baixos salários, e as estruturas de dominação e exploração do trabalhador. A miséria produzida por ele abastece o próprio sistema de dominação, porque causa uma relação de dependência, enquanto abastece a necessidade humana no mais essencial. (...) A possibilidade de sairmos da crise de uma maneira diferente depende muito do equilíbrio das forças de classe. Depende do grau com que a massa da população levanta e diz: “Já basta, vamos mudar o sistema” (HARVEY, 2011, p. 18)

Portanto, o modelo neoliberal atual se modificará de forma a se perpetuar em resposta a outras crises, enquanto não houver consciência de classe que possa fazer frente aos interesses

do capital e o reflexo que esse sistema repercute na situação desigual e contraditória que a sociedade percebe em relação às opressões do cotidiano.

2.2 AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO SISTEMA CAPITALISTA E AS REPERCUSSÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS

Retratar a condição da mulher na sociedade é responsabilizar as relações do capital-trabalho na reprodução da miséria e do pauperismo, é destacar a feminização da pobreza no mundo, o que, para Engels, retrata a caracterização da escravidão da mulher e das crianças ao homem como a primeira forma de propriedade. O tráfico internacional de mulheres surgiu na mesma medida em que mais de 2 milhões de pessoas em cortiços, favelas e guetos insalubres tentavam sobreviver com menos de 2 dólares por dia (HARVEY, 2011)

Nessa conjuntura, salientar a relação desigual e contraditória do capitalismo com a mulher não é desconsiderar as condições do homem e da masculinidade dentro desse mesmo processo de desigualdade social, mas direcionar que a condição da mulher vem mais atrás, ou seja, quando ela nem mesmo consegue acessar o mercado de trabalho porque fica responsável pelos cuidados familiares da casa, dos filhos, da alimentação, da atenção e acolhimento, ainda permanece bastante precarizada. E são essas mesmas mulheres que permanecem subnutridas pois priorizam a alimentação dos maridos e dos filhos. Então, realmente seria o papel das mulheres organizarem os homens enquanto são as mais atingidas na mesma classe social?

De acordo com o IPEA (2019), mais de 6 milhões de brasileiros dedicam-se a trabalhos domésticos como diaristas, babás, cuidadoras, motoristas, jardineiros, mensalistas ou quaisquer outros profissionais contratados para cuidar dos domicílios e da família de seus empregadores. Desse total, 92% são mulheres – em sua maioria negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda. Estas atividades ainda são caracterizadas como precárias com baixos rendimentos, baixa proteção social, discriminação e até assédio.

Nessa trajetória vivemos uma atual desresponsabilização do Estado para com essas mulheres, de forma que reforça dentro da política social a centralidade na família, as políticas de família afirmam não só o modelo de família, mas a conexão com os valores hegemônicos dominantes e a perspectiva de desenvolvimento econômico onde se espera muito da mesma. Ou seja, no nível macro, a família é vista como a instituição provedora de bem-estar social, no nível micro se responsabiliza a rede de mulheres que responde pelos cuidados. E nessa rede de mulheres, portanto, não se asseguram formas de autonomia efetiva, porque ficam

responsabilizadas pelo cuidado, não somente o cuidado das suas famílias, mas até mesmo dentro da comunidade.

Vive-se uma feminização da pobreza, que se caracteriza por uma mudança de níveis, partindo de um viés desfavorável às mulheres ou aos domicílios por elas chefiados. O fato é que a feminização da pobreza combina dois fenômenos moralmente inaceitáveis: a pobreza e as desigualdades de gênero. Sendo que, quando se aborda gênero e não o associa com as relações sociais de classe e “raça”, e da luta pela erradicação das explorações e opressões dela decorrentes, pouco oferece como “arma da crítica” (CISNE, p.21, 2004). Partindo dessas duas análises, o familismo presente na sociedade brasileira, em conjunto com a feminização da pobreza, ainda é nítido que se luta com a representação da mulher na mídia na visão do capital-fetiche, onde marcas super exploram os corpos de mulheres de forma estereotipada e preconceituosa. As redes sociais, nessa perspectiva, ajudam a socializar o debate e a problematização desses produtos até serem retirados de circulação ou adequados de forma mais respeitosa à luta do movimento pela representação midiática das mulheres, trazem à tona assuntos de abordagem como padrão de beleza, diversidade sexual e liberdade sexual. Porém, ainda são insuficientes quando não se considera o problema estrutural que pressiona, visto que há um movimento conservador que visa enaltecer o lugar da mulher como subalterna e submissa, e que foi construído historicamente, de forma que para superá-lo, dentro da escassez de políticas públicas que visam assegurar maior proteção, e movimentos que vêm lutando e têm pouco reconhecimento mesmo entre as mulheres. Ainda assim, o conhecimento das relações de exploração e opressão não é suficiente, é preciso romper com a base, porque mesmo que homens e mulheres questionem esses lugares sociais há uma estrutura material que continua a reafirmá-lo, a mídia, principalmente, nas redes sociais que naturaliza a objetificação, o que compreende que as dimensões de opressão são também econômicas, políticas e sociais. As redes sociais demonstram uma adaptação da mulher quase instantânea a estereótipos de padrão social, que traz conflito e sofrimento para as mulheres no geral. Até porque, se as redes sociais servem como uma ferramenta de debate, por que os algoritmos de Mark Zuckerberg, muitas vezes, banem fotos e publicações que demonstram corpos reais de mulheres comuns na luta para que outras mulheres se sintam acolhidas em seus próprios corpos reais e comuns, enquanto uma influencer digital com milhões de seguidores tem os mesmos traços de nudez permitidos? É com base nessa reflexão que se observa a objetificação da mulher, pois quando ela é sexualizada, é glorificada, mas quando acreditam e lutam por uma liberdade sexual plena sofrem com todos os tipos de julgamento da sociedade patriarcal reforçando outro ponto que instiga: o adoecimento físico e mental como um fator presente em todas as mulheres na sociedade

contemporânea. Mais precisamente, no Brasil, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019 aponta que 10,2% (16,3 milhões) das pessoas com mais de 18 anos sofrem de depressão. Quando analisados os dados por sexo, as mulheres são as que mais sofrem: 14,7%, versus 5,1% entre os homens. Na pandemia, as mulheres foram ainda mais afetadas, como aponta o estudo feito pelo Instituto de Psiquiatria da USP. Das voluntárias que responderam à pesquisa, 40,5% apresentaram sintomas de depressão, 34,9%, ansiedade, e 37,3%, estresse. Segundo o professor Pádua Serafim, embora a pesquisa não tenha detalhado as razões que levaram as mulheres a terem maior sofrimento psíquico, a literatura médica vem mostrando que são elas que sofrem os maiores impactos pelas condições sociais em que vivem. A pandemia só acirrou essa situação. Elas cumprem dupla jornada, acompanham o desenvolvimento escolar dos filhos e, na pandemia, mais pessoas permaneceram dentro de casa, além das preocupações relacionadas ao próprio vírus (iminência de contaminação, necessidade de mudanças de hábitos de higiene, redução de convívio social, familiares adoecidos, etc.). Todas essas circunstâncias geram estresse e podem ser gatilhos detonadores de doenças mentais. Bem se sabe que, diferente dos homens, a inserção feminina no mercado produtivo é limitada por suas responsabilidades domésticas e familiares, tendo o emprego que ser adaptado a estas funções, sofrendo uma pressão ainda maior com a insegurança da garantia de emprego na pandemia. E, mesmo as mulheres chefes de família que optam pelo trabalho doméstico, sofrem pela invisibilidade e desvalorização, uma vez que não produz valor de troca.

3. OS DESAFIOS HISTÓRICOS PARA O EMPODERAMENTO FEMININO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: DA HERANÇA COLONIAL AOS TEMPOS ATUAIS

História é contexto, e falar sobre as condições da mulher na sociedade brasileira é contextualizar a herança colonizada que enfrenta como barreira ao empoderamento feminino. A população negra foi confinada, entre outras práticas, à desumanização de escravizados de ontem e de hoje – ainda que a escravização de hoje seja oculta e consequente de séculos de escravização de fato, já que a abolição completa da escravização de pessoas negras nem foi processada de maneira correta pela sociedade e avançou pouco mais do que algumas mudanças de legislação, muito devido à negação de saberes, produção e potencial intelectual negra que foi, é e tem sido mais um caminho eficiente para mantê-la no lugar da subalternidade (BERTH, 2019, p.60) O que demonstra que a modernidade colonial ou colonialidade³ é de uma permanente produção

³ Colonialidade: Segundo Anibal Quijano, é a relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes

de classificações sociais que reduzem os seres humanos a objetos controláveis. Nessa polarização, quando as mulheres se opõem e resistem a esse processo, são ainda mais inferiorizadas, racializadas e engendradas pela visão da burguesia que herda esse gene do europeu branco heterossexual. E ao engendrar esses preconceitos, oprime outras práticas e maneiras de existência, por isso, para este diálogo, é necessário confrontar a partir da perspectiva do colonizado mediante as tensões e conflitos da sociedade brasileira, trazendo literaturas que dão voz nessas lacunas da história social brasileira. No caso de mulheres negras, nessa encruzilhada de opressões que construíram nossa sociedade, como bem exemplifica um dos maiores expoentes do Feminismo Negro brasileiro, Sueli Carneiro, no que diz respeito a entender o processo de mulheres negras latino-americanas, diz que:

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. (CARNEIRO, 2011)

Portanto, o presente capítulo busca expor as relações de opressão do ponto de vista daquelas que se encontram marcadas por essas relações.

3.1 A DINÂMICA SOCIAL DA CATEGORIA GÊNERO E EMPODERAMENTO

Definir o que é gênero a partir de um ponto de vista apenas é correr o risco de perpetuar uma visão limitada que não permite acolher os diferentes conceitos e percepções. Inicialmente, os estudos de gênero, da percepção de academicistas feministas da década de 1970 e 1980 eram hipóteses explicativas sobre as origens da opressão feminina. Porém, ao enfatizar as relações de poder em detrimento das relações sociais constitutivas das relações de poder, surge uma nova análise: as relações de gênero. Por constituir-se de uma categoria relacional, algumas feministas analisam os estudos das mulheres de forma relacional ao homem. De acordo com Piscitelli (2002), o conceito de gênero possui um marco através da publicação de um ensaio de

Gayle Rubin “O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo”, onde estabelece uma dicotomia na relação entre sexo/gênero, que a autora Piscitelli conceitua como “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana” ou seja, sexo é visto como uma condição biológica e fisiológica do ser humano, porém determinada pelo gênero, que seria a construção social e cultural. Assim, marca o início dos estudos sobre gênero, que posteriormente será criticado em detrimento da falta de historicizar a categoria sexo como algo “forçosamente materializado através do tempo” (Butler, 2002, p.154). Sobre gênero, Butler compreende que

(...) não deveria ser pensado como simples inscrição cultural de significado sobre um sexo que é considerado ‘dado’. Gênero deveria designar o aparelho de produção; o meio discursivo/cultural através do qual a natureza sexuada ou o sexo ‘natural’ são produzidos e estabelecidos como pré-discursivos (BUTLER apud PISCITELLI, 2002, p. 28).

Dessa forma, surge o termo “relações sociais de sexo” na qual se analisa as desigualdades entre homens e mulheres a partir da compreensão das relações sociais estruturantes para além de sexo: as de raça/etnia e classe. Nessa perspectiva, entende-se sexo como socialmente determinado. Tendo em vista que algumas discussões desconstrutivistas restabelecem distâncias entre a reflexão teórica e o movimento político, ou seja, são linhas de pesquisa que não abordam como centro as mulheres. Ainda que não se reduza a importância de refletir sobre masculinidade e paternidade, salienta-se que não se deixe de retomar a condição da mulher nesta sociedade.

Muitas feministas estão voltando seus estudos e sua militância para essas novas abordagens, quando a realidade das condições de vida das mulheres trabalhadoras ainda permanece enormemente precarizada. E, apesar dessa precariedade, muitas não percebem sua condição de mulher, subordinada e explorada nesta sociedade, o que contraria a enorme necessidade de organização dessas mulheres para lutarem por uma nova ordem societária (CISNE, 2015, p. 92).

Observa-se a necessidade de fortalecer a luta por uma nova ordem societária, porque é na ordem do capital que as opressões surgem dentro de um mesmo gênero, quando a classe divide. No Serviço Social, a abordagem de gênero é articulada com outras categorias, analisada principalmente na estrutura entre capitalismo e patriarcado. De acordo com Saffioti (1987,p.114), “o patriarcado pode ser pensado como um dos esquemas de dominação-exploração componentes de uma simbiose na qual participam também o modo de produção e o racismo”. Nessa perspectiva, não se isola o entendimento do patriarcado, mas associa-se aos estudos sobre colonialismo, como forma de melhor elucidar a situação das mulheres latino-americanas em busca de empoderamento.

A ideia de empoderamento vem sendo difundida segundo as disparidades de gênero no Brasil e na América Latina, como evidenciado através do documento “Empoderamento das Mulheres – Avaliação das Disparidades Globais de Gênero” (FEM, 2005) que definiu cinco dimensões importantes para o empoderamento e oportunidade das mulheres: participação econômica; oportunidade econômica; empoderamento político; conquistas educacionais; saúde e bem-estar.

1. A participação econômica de mulheres – diz respeito à presença das mulheres no mercado de trabalho em termos quantitativos; é importante aumentar a renda familiar e estimular o desenvolvimento econômico nos países como um todo. As sociedades precisam ver as mulheres menos como receptoras passivas de ajuda e mais como promotoras de dinâmicas de transformação. (FEM, 2005)

2. Oportunidade Econômica - diz respeito à qualidade do envolvimento econômico das mulheres; internacionalmente, as mulheres estão concentradas, na maioria dos casos em profissões consideradas “femininas” como enfermagem, serviço social, magistério, cuidado de idosos e enfermos - e tendem a permanecer nas categorias trabalhistas inferiores às dos homens: faxineiras, domésticas, serviços de limpeza e outros. coberto); trabalhadoras profissionais e técnicas (em relação ao percentual total). (FEM, 2005)

3. Empoderamento Político - diz respeito à representação equitativa de mulheres em estruturas de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, e também ao seu direito à voz na formulação de políticas que afetam a sociedade na qual estão inseridas. A ausência de mulheres nas estruturas de governo significa inevitavelmente que prioridades nacionais, regionais e locais – isto é, como os recursos são alocados – são definidas sem participação significativa de mulheres, cuja experiência de vida em relação aos homens proporciona a elas uma compreensão diferenciada das necessidades, preocupações e interesses. (FEM, 2005)

4. Conquistas Educacionais - é o requisito fundamental para o empoderamento das mulheres em todas as esferas da sociedade. Sem educação de qualidade as mulheres não conseguem acesso a empregos bem-pagos do setor formal, nem avanços na carreira, participação e representação no governo e influência política. Educação e alfabetização reduzem índices de mortalidade infantil e ajudam a diminuir as taxas de fertilidade. (FEM, 2005)

5. Saúde e bem-estar - de acordo com a Organização Mundial da Saúde, 585 mil mulheres morrem a cada ano, mais de 1.600 por dia, de causas relacionadas à gravidez e ao parto; dos 46 milhões de abortos anuais em todo o mundo, cerca de 20 milhões são realizados de forma inse-

gura e resultam na morte de 80 mil mulheres por complicações; as taxas de fertilidade de adolescentes e o elevado número de gravidez na adolescência também são incluídas como indicadores de riscos à saúde entre mulheres de 15 a 19 anos. (FEM, 2005)

A respeito da palavra empoderamento, mesmo que possa retomar a poder, segundo Lisboa (2008), no feminismo ela é caracterizada como um poder de reconhecimento e valorização as mulheres, o que torna imprescindível na obtenção da alteração dos processos e das estruturas que apontam a mulher como subalterna nas relações de gênero, ou seja, o empoderamento é uma das condições necessárias para a equidade de gênero e, nessa perspectiva, retomar o despertar das mulheres no reconhecimento das desigualdades de gênero, a fim de lutar pela garantia dos seus direitos. Para Friedmann (1996, p.50), “não são os indivíduos, mas as unidades domésticas que são ‘pobres’, a própria pobreza deve ser redefinida como um estado de desempoderamento”. Nessa abordagem, corre o risco de analisar que mulheres pobres que já têm seus direitos mínimos desassistidos acabam tendo sua autonomia política excluída pela falta de entendimento. Segundo a intelectual indiana Batliwala, em “Conceituando ‘empoderamento’ na perspectiva feminista”, de Cecília M.B.Sardenberg:

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionem as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos. (SARDENBERG, 2018)

Nesse viés, o acesso ao empoderamento, para que haja um alcance efetivo da cidadania como forma de conquista dos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, implica em superar as condições de pobreza para atingir o seu alcance. Mas para que haja o alcance da cidadania, há de se facilitar a promoção e implementação de projetos que se articulem com a autonomia e com os profissionais que atuam frente a mulheres em condição de pobreza, de forma que sejam uma ponte no processo de empoderamento, na medida em que despertam nas mulheres condições de mudança em relação a sua consciência, aos seus direitos e capacidades, possibilitando dessa forma sua autonomia e inclusão nas políticas sociais. (LISBOA, 2008, p.5). Considerando que só se atinge o empoderamento através da erradicação da pobreza, ou seja,

acessando a autonomia econômica, e ainda assim, mesmo quando acessam condições de trabalho, as mulheres enfrentam uma nova expressão de desigualdade: a divisão sexual e racial do trabalho.

3.2 A “QUESTÃO SOCIAL” NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Com o decorrer da história e do amadurecimento do Serviço Social, a questão social passou ocupar uma centralidade na profissão e é concebida “no âmbito da produção e reprodução da vida, que tem no trabalho o seu elemento fundante” (ABESS/CEDEPSS, 1996), assim, compreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum, a produção social nesse processo de desigualdade, a questão social é também, resistência. Resistência porque se caracteriza como objeto de atuação, já que está nos indicativos do projeto profissional: a luta de classes e a organização dos trabalhadores que no processo de construção da sociabilidade fazem frente à resistência do processo capitalista. Na discussão acerca de novas expressões da questão social, este trabalho busca corresponder à gênese, que afirma a “classe” como problema central da questão social e não os problemas culturais. Como Yamamoto afirma, a gênese da “questão social” encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca esta sociedade, assumindo roupagem distintas em cada época: a produção, cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos. Uma sociedade em que a igualdade jurídica dos cidadãos convive, contraditoriamente, com a realização da desigualdade. Assim, dar conta da “questão social”, hoje, é decifrar as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente (1999, p. 114).

Salienta-se que a abordagem de classe é tão importante na discussão de gênero, embora pertencendo à um mesmo tipo de opressão, quando esta é expressa na posição de classe que divide mulheres. O antagonismo que se vivencia dentro das discussões de gênero é quando se nega a opressão de classe, porque mesmo dentro da mesma opressão de gênero, são vivenciadas de acordo as condições materiais de vida de cada uma, como expressa Toledo,

O gênero é tudo aquilo que une as mulheres, tudo que lhes é comum e próprio do gênero feminino. Mas, infelizmente (...) a verdade é que as mulheres estão irremediavelmente divididas dentro do sistema capitalista. Não porque queiramos, mas porque vivemos vidas diferentes. A mulher burguesa não tem nada a ver com a mulher operária e trabalhadora, com a mulher pobre das periferias das grandes cidades, das favelas e do campo. A cada dia se aprofunda o abismo entre elas, e isso porque suas condições materiais de vida ficam cada vez mais diferenciadas. O que as leva a vivenciar o que é próprio do gênero feminino (aquilo que as une) de maneira diferente. Ser

mulher para umas é bem diferente de ser mulher para outras. A mulher burguesa por mais oprimida que seja como mulher, não tem dupla jornada, não passa o dia trabalhando, não tem de lutar por sua sobrevivência. Ela não é explorada. Pelo contrário. Explora outras mulheres e homens. Nunca ouvimos falar de uma mulher burguesa que tivesse sangrado até a morte por um aborto clandestino. Nunca vimos uma mulher burguesa passar por uma revista íntima na porta de uma fábrica. Nunca vimos uma madame gritando na porta de uma escola para conseguir vaga para o filho. Nunca soubemos de uma socialite que deixasse seu filho pequeno com a vizinha por falta de creche no local de trabalho, e nem tampouco que precisasse de auxílio-maternidade (2001, p. 9-10)

Uma vez que as diferenças entre homens e mulheres são aprofundadas pelo capital, analisa-se que a emancipação das mulheres exige uma mudança visível no campo do trabalho, já que a divisão sexual do trabalho é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho. É uma exploração patriarcal porque historicamente submete a mulher a condições precárias e desvalorizadas, mesmo dentro da mesma classe que homens. Como supõe Engels (1979), a primeira divisão do trabalho se apresentou como o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história, coincidindo com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia, e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino, visto que a função que a mulher exercia no casamento monogâmico era de caráter procriador. O “papel” da mulher, ou até mesmo as atribuições que lhes é dado, é apropriado, reduzido e desvalorizado. A responsabilização com as tarefas domésticas, com os filhos, reduz o tempo das mulheres para se encontrarem no pertencimento político, o que corrobora com o familismo presente na sociedade brasileira e reforçado pelo Estado,

O Estado detém, indiretamente, um importante papel na opressão das mulheres, por meio do seu apoio a uma forma particular de lar: “o lar depende amplamente de um salário masculino e do serviço doméstico feminino”, modelo relacionado, por sua vez, à produção capitalista, na medida em que é funcional à reprodução da classe trabalhadora e à manutenção das mulheres como um exército de reserva de mão de obra. Ao realizarem trabalhos domésticos não remunerados e ao serem amplamente responsáveis pelos cuidados com os filhos, as mulheres estão realizando funções que são essenciais para um funcionamento contínuo e uniforme do sistema capitalista (VELOSO, 2001, p. 84).

Refletir sobre a questão reprodutiva da mulher como mais uma forma de opressão é nítido, quando se analisa a situação de adolescentes na gravidez e os altos índices de evasão escolar que comprometem a conclusão e que, conseqüentemente, repercute em relação ao trabalho e à inserção produtiva; situações que as torna vulneráveis à pobreza, violência, crimina-

lidade e exclusão social. Segundo Albertina Duarte Takiuti, coordenadora do Programa do Adolescente da Secretaria de Saúde de São Paulo⁴, “No Brasil, temos uma menina de 10 a 14 anos que se torna mãe a cada 21 minutos” e mais precisamente, a partir de um estudo realizado pela Fundação Abrinq, 20% das mães no Brasil não concluíram sequer o ensino fundamental, número que salta para 30% quando consideramos as mães adolescentes de até 19 anos. Salientado pela administradora-executiva da Fundação Abrinq, Heloísa Oliveira, “a gravidez precoce é, sem sombra de dúvida, um fator propagador de pobreza para a geração seguinte. Essa menina provavelmente sai da escola, não se forma, não acessa bons postos de trabalho e, portanto, provavelmente vai constituir uma família pobre” o que sem a rede de apoio necessária para a manutenção da qualidade de vida, e dos processos de organização de vida dessas adolescentes, realmente, o resultado não seria diferente. Portanto, a questão social e suas expressões, na gênese são condições que, na sociedade capitalista, estão atreladas à opressão de classe. Partindo desse referencial, novamente, chegamos na discussão de gênero na divisão sexual do trabalho. Tendo em vista, que este é um trabalho que visa a interseccionalidade e a problematização de opressões, a questão racial se faz imprescindível na discussão de gênero, porque o Brasil é um país que tem na sua conjuntura histórica o racismo como herança na contemporaneidade. A escravidão foi deliberadamente estabelecida e organizada como mercadora para produzir mercadorias, servindo aos propósitos e necessidades do capitalismo (QUIJANO, 2005, p. 115).

Assim, refletir sobre a condição da mulher na sociedade brasileira é necessariamente categorizar que a mesma sociedade estabelece padrões ainda mais opressores quando é pautada através da colonialidade, coexistindo os mesmos padrões das relações escravistas e feudais, com as da empresa capitalista industrial, com trabalho assalariado (CASANOVA, 2006; QUIJANO, 2009). Ou seja, além do que se procura entender entre as abordagens sobre raça e trabalho, a mulher racializada foi ainda mais afastada do ideal de humanidade e racionalidade, sendo profundamente coisificada e objetificada. Segundo Ângela Davis, durante a escravidão, mesmo sofrendo a mesma opressão ao homem negro, as mulheres negras sofriam de forma diferente, porque os abusos sexuais somavam-se às torturas laborais, “(...) quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas.” (DAVIS, 2016, p.25). A coisificação da mulher não-branca foi ainda mais explorada com a proibição do tráfico de escravos, porque os

⁴ Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/22/gravidez-precoce-e-uma-das-principais-causas-da-evasao-escolar-diz-estudo.ghtml>

proprietários contavam com a função reprodutora como capacidade produtiva para gerar novos escravos.

A mulher negra, pela herança histórica da colonialidade ainda é associada a posições que eram executadas durante a escravidão: “Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (GONZÁLES, 1984, p. 226). O que se nota, é que associando a divisão sexual e racial do trabalho, a mulher negra está ainda mais cristalizada na estrutura de dominação. A autora Gonzáles, questiona, por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc e tal (GONZÁLES, 1984, p.233). Essa face obscura e perversa da sociedade brasileira no tratamento desigual às mulheres negras pode ser observado, também, nos impactos que a pandemia COVID-19 teve à população que exerce atividade informais no mercado de trabalho, que com o isolamento social acabaram sendo os mais atingidos por serem dispensados e impedidos de trabalhar.

A informalidade é uma realidade persistente para as trabalhadoras domésticas como um todo: apesar do crescimento da formalização nas últimas duas décadas, ainda chegamos a 2018 com menos de 30% da categoria com carteira de trabalho assinada – proporção que é ainda menor entre as trabalhadoras negras e que vem apresentando tendência de redução desde 2016, convertendo-se em um indicador a ser acompanhado de perto nos próximos anos (IPEA, 2019, p. 41).

Dessa maneira, a divisão social, sexual e racial do trabalho tem relação até mesmo com a COVID-19, ainda segundo o IPEA (2019, p. 12), “6,2 milhões de pessoas, entre homens e mulheres, estavam empregadas no serviço doméstico, e destas, 3,9 milhões eram mulheres negras” é nesse cenário que, mesmo com os patrões contaminados em casa, muitas mulheres precisavam trabalhar para sobreviver, o que infelizmente, ocasionou muitas mortes. Sinalizando mais uma face da política de extermínio à população negra, que, quando não é pelo braço penal do Estado, é manifestada pelas condições de desassistência dos trabalhadores informais, e através do desemprego, reformas trabalhistas, e nos cortes das políticas públicas.

A partir dessa análise, salienta-se que as políticas públicas fazem um papel de enfrentamento às disparidades de gênero que assolam a população feminina no Brasil, e, como forma de fortalecer as políticas e empoderar os usuários, o trabalho de assistentes sociais estão na direção de luta às desigualdades. Por isso, é necessário discutir sobre as condições de

trabalho na Política de Assistência e enquanto trabalhadores em instituições que viabilizam a qualidade do serviço para que os usuários tenham os direitos assistidos

4. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA: UM ESPAÇO DE PRIMAZIA FEMININA

É de suma importância na compreensão desse capítulo discutir a contradição a respeito da atual proteção social básica que tenha em vista a política de assistência, já que esse compreende a sua particularidade nas contradições estruturais do modo de produção capitalista, e direciona o que entendemos por “questão social” na abordagem do trabalho. Porque é sob a mesma perspectiva que o “Estado” enfrentará as vulnerabilidades através das políticas sociais, e exercerá controle sobre as reivindicações que essa mesma população faz ao exigir melhores condições de vida e de trabalho. Assim,

É pela incorporação de demandas históricas, sobretudo dos mais pauperizados, que o Estado passa a produzir direta ou indiretamente serviços fundamentais necessários à sua manutenção e ao atendimento de alguns de seus direitos sociais. Assim, se as políticas sociais, do ângulo dos interesses do Estado, assumem características funcionais ao controle social e à própria reprodução das condições de dominação, também apresentam um caráter contraditório que precisa ser considerado e que diz respeito à intensidade das lutas políticas dos subalternos pela ampliação de programas e políticas de corte social (YAZBECK, 1993, p.53)

A assistência social é resultado de uma luta de classes que compreende a ampliação de direitos sociais, mesmo que na gênese da sua trajetória histórica, no Brasil, passe por uma perspectiva conservadora que seguidamente busca desvalorizar as práticas da política de assistência a partir de incentivos a focalização e compensação das políticas públicas. Outra face que ainda implica a noção dessa desvalorização como política, é a relação da Igreja Católica com o assistencialismo, que tem a noção de favorecer os menos favorecidos, diferentemente da assistência, que é um direito. Evidencia-se pela importância que se deu no marco histórico da assistência social pela Legião Brasileira de Assistência – LBA, fundada em 1942, a qual tinha a assistência social como ação social, um ato de vontade e não de direito e cidadania (SPOSAT, 2001, p.20). A ideia de caridade e filantropia, que foi o início da trajetória da assistência no Brasil, marcou a pobreza como uma disfunção social que permeia a visão de muitos profissionais da Assistência Social até hoje.

A própria profissão que também tem suas raízes históricas ligada à caridade e filantropia, precisou no decorrer de sua trajetória romper com um conservadorismo profissional, em conjunto com a renovação teórica da profissão, para avançar e alcançar um patamar de

respeitabilidade e compromisso com a sociedade brasileira. Neste sentido “essa ruptura não significa que o conservadorismo (e, com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional; significa apenas que – graças a esforços que vinham, pelo menos, de finais dos anos 1970, e no rebatimento do movimento da sociedade brasileira – posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e/ou contestadora em face da nova ordem burguesa conquistaram legitimidade para se expressarem abertamente” (NETTO, 1998, p.113).

A ação caridosa e filantrópica de mulheres da alta burguesia brasileira perdurou através dos primeiros cursos de Serviço Social, tendo a participação somente de mulheres e numa abordagem conservadora. Portanto, discussões em torno do gênero são uma abordagem importante e necessária no decorrer da formação para desvelamento das conquistas, resistências, retrocessos nos direitos das mulheres e atuação dos movimentos sociais na luta pela materialização dos direitos desse segmento. Base fundamental no desenvolvimento formativo da categoria e no aprofundamento de estudos que capacitem ainda mais o quadro profissional.

O profissional de Serviço Social trabalha no relacionamento direto com o outro, no plano das relações interpessoais, pois se encontra, institucionalmente, no nível da reprodução das relações sociais, e tal relacionamento profissional não deveria, em hipótese alguma, ser realizado sem um processo de análise e reflexão sobre tais relações. No nosso entender, é necessário que os profissionais conheçam o terreno em que estão pisando e sobre o qual irão alcançar em seu cotidiano profissional. Gênero é um aspecto relevante desse terreno e, exatamente por isso, a reflexão sobre essa parte deve estar amplamente presente na agenda de debates da categoria de assistentes sociais, contribuindo para a intervenção profissional crítica, criativa, competente e comprometida com os usuários. A partir desse ponto de vista, consideramos que deixar de privilegiar, tanto na intervenção como na formação profissional, a reflexão crítica sobre as relações de gênero pode gerar prejuízos expressivos a uma atuação efetivamente voltada aos interesses dos usuários dos serviços prestados por essa categoria profissional (SOUZA, 2015, p.162).

Retomando a perspectiva atual da estrutura capitalista, é importante salientar que a organização da Proteção Básica, no trabalho desenvolvido pela Políticas Sociais, tem como centro a família, e nessa visão, a mulher tem sido a maior responsável pelos cuidados dos membros da família. Segundo Godinho (2004, p.18)

A reestruturação das Políticas Sociais setoriais – idosos, adolescentes em conflito com a lei, por exemplo – foi feita com base no reforço da responsabilidade da família. Nesta família, a mulher é a responsável pelo cuidado de todos os membros. É fundamentalmente a mulher-mãe. Na falta dela, por sua delegação tácita ou explícita, é que entram a avó, a tia, a irmã maior etc., sempre que a mãe não pode, ela própria, fazer.

Tendo em vista que o Serviço Social está inserido numa relação subalterna de gênero por ser uma profissão considerada “feminina”, embora tivesse uma relação com a imagem da

“moça bondosa com os pobres” atualmente temos uma ruptura com essa visão, o que se reforça é o direcionamento com o Projeto Ético Político crítico e o compromisso com a classe trabalhadora e é uma importante discussão visto que está interligado com áreas de atuação que competem equipes intersetoriais e interdisciplinares das diversas políticas públicas. Portanto, relacionar a profissão com a divisão social, racial e sexual do trabalho é de visível importância quando se problematiza a responsabilização da mulher pela família⁵.

4.1 ANÁLISE NA REALIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nesse item, reconhece-se que, a partir da participação das mulheres nas Políticas Públicas, é necessário problematizar a expectativa da sociedade quanto as funções que são desempenhas no âmbito familiar, como forma de retomar a discussão de gênero que permeia este trabalho. Ingressar nas questões que repercutem diretamente no trabalho social da proteção básica, como porta de entrada, o CRAS tem um papel importante na construção do trabalho social com famílias, ou seja, na desconstrução da sobrecarga da mulher como algo da natureza das mulheres, de forma que potencialize ações de empoderamento e estimule a participação dos homens nesse processo. Analisar a realidade do trabalho na perspectiva da aplicação implementação do que orienta e direciona a PNAS e o SUAS nas intuições parte de uma breve retomada história sobre tal aplicação na contradição da sociedade brasileira.

O grande marco para a instituição da política social no Brasil, como uma política de fato, foi a constituição de 1988, em seguida a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – que reconhece a assistência social como política pública. Posteriormente, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a PNAS, como forma de estabelecer o atendimento das demandas socioassistenciais da população, efetivou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implementado em um modelo descentralizado, que visa a responsabilidade do Estado perante a política de assistência social. Esse processo possibilitou estruturar o SUAS na base da matriacilidade sociofamiliar e na territorialização dos serviços, programas e benefícios, que é um dos principais condutores do trabalho nos Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.

⁵ Fonte: A partir do estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base na PNAD 2007, demonstrava que a proporção de famílias chefiadas por mulheres passou de 24,9% em 1997 para 33% em 2007 o que representava um total de 19,5 milhões de famílias brasileiras que identificam a mulher como principal responsável).

Compreende-se que a assistência social para ser observada em sua totalidade, mediante as contradições que envolvem a legitimação do Estado inserido no sistema capitalista como forma de reduzir as sequelas da miséria que ele mesmo produz, é também, uma ferramenta de efetivação de direitos e necessidades sociais, porque “por mais paradoxal que possa parecer, as políticas sociais terminam por ser menos a ação do Estado em prover a justiça social e mais resultado das lutas concretas da população por seus direitos sociais” (SPOSAT, 1998, p.34).

De forma que, a Política Nacional de Assistência Social é resultado dessa resistência expressa em tornar evidente as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, com os objetivos de:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p. 27).

A Proteção Social Básica, na lógica da Assistência Social é executada de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), sob coordenação do órgão gestor. Segundo estudo feito pela pesquisa⁶ sobre a implantação e os primeiros anos de implementação do SUAS no Brasil, o nível de gestão é um problema encontrado na realidade do Rio Grande do Sul, visto que muitos municípios que se dizem estar em gestão plena⁷ não tem o CRAS e o PAIF instaurados de forma articulada, de forma que ainda se mascaram as condições reais pela tentativa de receber os recursos mais avançados do que na realidade que se encontram (COUTO; RAICHELIS; SILVA; YAZBEK, 2017, p.283).

Na perspectiva de uma realidade de trabalho paradoxal, que depende de uma gestão plena que não é plena, essas observações foram apreendidas durante o estágio curricular obrigatório em Serviço Social, realizado junto ao CRAS Oeste, localizado em uma das regiões de maior vulnerabilidade social do município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

⁶ Fonte: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento, estudo que investigou a realidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS em sete estados brasileiros: Pará (Norte), Maranhão e Pernambuco (Nordeste), São Paulo e Minas Gerais (Sudeste), Paraná e Rio Grande do Sul (Sul) e visitaram 41 municípios. Tendo pensadores e pesquisadores de notória experiência, Yazbek, Rojas Couto, Silva e Silva e Raichelis

⁷ O nível de gestão do SUAS expressa a capacidade gerencial do município para implementar a PNAS. No nível de gestão plena significa que o município assume a gestão total da política responsabilizando-se pelas modalidades de proteção básica e de proteção social especial em seus diferentes níveis de complexidade.

4.2 AS CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO FEMININO: CONSIDERAÇÕES DO ESTÁGIO CURRICULAR

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Oeste localiza-se na região Oeste no município de Santa Maria desde 2006, todavia, primeiramente organizava-se como instituição terceirizada com funcionários contratados. Atualmente, é uma unidade pública estatal, descentralizada da Secretaria de Desenvolvimento Social, tem sua sede própria no Centro de Esportes Unificados I (CEU I). Fica regionalizado estrategicamente na localidade de maior vulnerabilidade social do município, atende cerca de 300 a 600 famílias ao mês, considerando os atendimentos do CadÚnico. O total ultrapassa a média especificada ao CRAS pela NOB-RH SUAS (5.000), pois atua em toda região Oeste - a comunidade Nova Santa Marta, sede do CRAS, já ultrapassa 6.000 pessoas - e região Sul, pela falta de um CRAS Sul no município. Também atende parte da região Centro-Oeste.

É responsável e caracteriza-se pela oferta de serviços da proteção social básica como a porta de entrada para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo como objetivos o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a informação e garantia dos direitos sociais dessas famílias e usuários, a prevenção de situações que venham gerar riscos sociais e a articulação e fortalecimento de toda a rede que é integrada com o nível de Proteção Social Básico da região. Para isso atende e acompanha as famílias referenciadas através da busca ativa, demanda espontânea ou encaminhamentos da rede socioassistencial ofertando o acolhimento, os grupos/oficinas de convivência e atividades socioeducativas, visitas domiciliares, oficinas de inclusão, atividades coletivas como campanhas, palestras e ações sociais, assim como os encaminhamentos para os demais serviços da rede, outros setores e também para a Proteção Especial.

Conforme o Ministério da Cidadania, o CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, caracteriza-se como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que propicia o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social.

O CRAS tem como base estruturante o SUAS, e assim caracteriza-se pela matricialidade sociofamiliar e a territorialização dos serviços, programas e benefícios. Dessa forma, a matricialidade sociofamiliar é o eixo de intervenção social, sendo a família o foco da atenção

nas ações desenvolvidas. A territorialização dos serviços programas e benefícios significa ter como princípio os territórios mais vulneráveis, e próximos das residências dos beneficiários da assistência social. Destaca-se a fatores da atualidade que transcorrem na realidade de trabalho no conjunto da política de assistência social: a lógica assistencialista, o embate universalização x focalização e a relação público-privado/público-filantrópico.

É notório o papel estratégico do assistente social no CRAS para a efetivação da proteção social básica no fortalecimento de uma concepção de assistência como política pública e como direito a ser garantido pelo Estado. Fazendo dessa efetivação um entendimento claro e horizontal sobre as condições objetivas de vulnerabilidade em que as famílias referenciadas se encontram, locais que muitas vezes são demarcados por precárias condições básicas de moradia, ausência de saneamento básico, falta de acesso a bens essenciais como a alimentação, educação, transporte e cultura. Desse entendimento emerge e cabe ao profissional ações de prevenção e provimento de garantias ou seguranças que possam reduzir ou prevenir exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, sabendo distinguir as necessidades mais emergentes decorrentes de problemas, sejam eles pessoais ou sociais dos usuários, mesmo que as demandas pessoais muitas vezes tenham uma raiz em comum, fazendo o trabalho na comunidade ainda mais impactante e empoderador ao usuário quando há uma concepção de realidade coletiva. Sobre empoderamento salienta-se,

Cumprir destacar que o significado da categoria “empowerment” ou empoderamento como tem sido traduzida no Brasil, não tem um caráter universal. Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los – porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais (GOHN, 2004,p.23).

Dessa forma, como profissional ético que atua nessa instituição, tem como proposta articular meios para cumprir o plantão social, acolhimento individual e familiar, entrevista e referenciamento; visita domiciliar; grupos socioeducativos; encaminhamentos e articulação da rede socioassistencial; busca de parcerias; intersetorialidade; cursos, projetos de capacitação e geração de renda; articulação da rede de organizações governamentais e não governamentais.

Também administra e acompanha a inserção em programas de transferência de renda, benefícios eventuais e encaminha os usuários na solicitação para o BPC. Para a efetivação desses processos de trabalhos, de forma que sejam vislumbrado tal qual está na Política

Nacional da Assistência Social, o profissional possuidor da compreensão do usuário como sujeito de direitos e conectados com as condições de classe que se expressa fortemente na procura de não realizar um trabalho meramente operacionalizado que busca apenas a viabilização de encaminhamentos e atendimentos às demandas, mas proporciona o verdadeiro acesso à informação e ao conhecimento que impulsiona o empoderamento do usuário.

Essas funcionalidades implicam intervenções que emanam escolhas, que passam pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevem no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico metodológicos e princípios ético-políticos (GUERRA, 2000). Visto que o trabalhador também está inserido nas normas operacionais, seguindo à risca o que se propõe de forma que possa exercer sua autonomia, mas que contraditoriamente depende de forças relacionais e das condições estruturais do Estado e da gestão municipal na administração da rede assistencial. Ainda que dispondo relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende na organização da atividade, do estado, da empresa, entidades não governamentais que viabilizem aos usuários acesso aos seus serviços, fornecem meios e recursos para a sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano o trabalho institucional (IAMAMOTO, 2010).

Portanto, o perfil objetivo que qualifica as funções do assistente inserido no CRAS “exige um profissional com largo conhecimento cultural e politicamente vigilante ao tempo histórico; atento para decifrar o que ainda não foi dito, atento os dilemas implícitos no ordenamento epidérmico do discurso autorizado pelo poder;” (IAMAMOTO, 2009). Assim, fazem desse conjunto esclarecido de atribuições do objetivo e das funções que respaldam ações que são constituídas a partir do esclarecimento das tendências do movimento da realidade, interpretando suas manifestações sobre o qual incide a ação profissional.

[...] o perfil do/a assistente social para atuar na política de Assistência Social deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente.” [...] (BRASÍLIA, 2011, p. 18).

A gênese do objeto de trabalho do serviço social é a questão social e suas expressões, que se manifestam na família, mas também na comunidade, no trabalho, no território, cujas raízes de tais manifestações ultrapassam a dinâmica familiar, pois emergem de uma realidade que é coletiva. A questão social apresenta-se como um problema real, a partir do qual pode ser

transformada num objeto de conhecimento e intervenção, se decifrada com os aportes da teoria do valor-trabalho, pedra angular da dinâmica da acumulação capitalista (MOTA, 2018)

Desse modo, o profissional se coloca na realidade do usuário, o qual demanda de uma escuta sensível frente as diversas formas de desigualdades que se evidenciam associadas a um conjunto de necessidades objetivas e subjetivas, que se somam a dificuldades materiais, relacionais, culturais e interferem na reprodução social dos trabalhadores e de suas famílias. Se for ausente desse conjunto de necessidades, principalmente a condição de classe, gênero e raça/etnia, que está na gênese da experiência da pobreza, da exclusão e da subalternidade que marca a vida dos usuários do CRAS, e da Assistência Social como um todo, é suscetível decair em pouca problematização, visão decorrente do paradigma estrutural do capitalismo neoliberal, que considera a pobreza numa ordem que obedece a um imperativo moral e culpabilizante.

Cada vez mais trabalhadores assalariados necessitam da proteção social das políticas sociais. Esse fator é o que faz discussão entre relações de trabalho e assistência social na sociedade capitalista contemporânea extremamente necessário para problematizar o laço histórico que se ergueu o sistema de proteção social, cuja mediação central é o emprego.

Foram apreendidos no estágio curricular no CRAS Oeste, múltiplos obstáculos na execução da Política Nacional de Assistência Social como um todo, trazendo à tona os limites e possibilidades dentro da instituição. Como limites, a falta de implementação do PAIF, um dos elementos que dão a concretude do trabalho no CRAS e alcança as potencialidades no trabalho com famílias, e principalmente, traz a realização da abordagem de gênero como impulsionador ao empoderamento das usuárias mães, que são, majoritariamente as responsáveis por essa família. Também se evidencia como uma limitação à implementação eficaz da PNAS, SUAS e do PAIF, as condições que estruturam e realidade assistencial do município, estando em condições precárias, visto que o diálogo entre gestores não é horizontal e efetivo, mas de cunho hierarquizado e engessado às limitações financeiras e ações políticas de cunho imediato. Dentro das possibilidades, a articulação entre os profissionais com as dificuldades demonstra a ética profissional em consonância com o serviço e o interesse em transformar a realidade da instituição de forma que se torne um serviço que viabilize direitos e amplie a consciência coletiva sobre nossa realidade, tendo como horizonte a emancipação e não apenas de caráter imediato como se observou pela alta demanda de benefícios eventuais⁸, mesmo que não se reduza a importância que os benefícios eventuais têm para a população usuária.

⁸ Fonte: Do projeto de intervenção no estágio curricular obrigatório, foi coletado que das 50 usuárias, 29 delas são mãe solo, sendo que 14 não recebem pensão alimentícia, 20 estão desempregas e vivem exclusivamente do

É também nessa contradição que vem sendo vivenciado o trabalho dos assistentes sociais no CRAS Oeste, desde o início da pandemia COVID-19, porque ao mesmo tempo que se agravou o quadro de saúde da população, a pandemia do novo coronavírus chega ao Brasil em um momento de estagnação econômica, desmonte dos sistemas de saúde e proteção social, aumento acelerado da pobreza e, especialmente, da extrema pobreza, e o aumento expressivo da população em situação de rua. Dados de 2018 já mostravam que pessoas em extrema pobreza somavam um total de 13,5 milhões de pessoas, em uma escala ascendente que se iniciou em 2015. Como fome e pobreza são fenômenos correlatos, isto contribui ainda mais para que o Brasil se encontre em uma situação de profunda vulnerabilidade diante da pandemia (COCNPA, 2020).

Dessa forma, a situação emergencial da pandemia, que se somou à precarização econômica que já vigorava no país, resultou em um aumento de demanda por benefícios eventuais, o que faz uma contradição sobre o trabalho profissional emancipatório. Já que o direito à alimentação é um atributo básico para qualidade de vida do ser humano, e quando a básico falta, não se possibilita condições trabalhar o alcance maior, que seria, o empoderamento. Por fim, observa-se que as condições objetivas de trabalho frente a precarização dos serviços públicos e a falta de uma gestão municipal eficaz refletem na má implementação da PNAS e do SUAS. Contudo, no que se refere ao trabalho dos profissionais da assistência social que atuam no atendimento do público feminino do CRAS Oeste, demonstram consciência plena das dificuldades de implementação e da qualidade do serviço, e no que diz respeito ao seu exercer profissional ético e qualificado estão comprometidos em acolher o usuário na sua totalidade e lutar pela garantia de um serviço eficaz em possibilitar o empoderamento feminino das usuárias do CRAS.

Programa Bolsa Família, atualmente nomeado como Auxílio Brasil. Sobre as demandas que foram abordadas por elas, das 50 usuárias, 49 buscam pelo benefício eventual (cesta básica)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência social, como parte da política social, está inserida em um âmbito de contradições que envolve mecanismos de reprodução e exploração que, contraditoriamente, é resultado da luta de classe dos trabalhadores pelas reivindicações dos seus direitos. Nessa perspectiva, o que se realizou no presente trabalho teve como objetivo analisar a Política Nacional de Assistência Social como resposta às vulnerabilidades encontradas nas usuárias mulheres frequentadoras do Centro de Referência da Assistência Social que buscam por empoderamento. E, como resposta à tal demanda, analisou-se a implementação da PNAS no trabalho das assistentes sociais, no que diz respeito a esse incentivo.

Tendo em vista essas peculiaridades na sociedade, foi de escolha da estudante desenvolver o estágio em um campo que propiciou desenvolver as potencialidades nessa perspectiva, enfatizando que o CRAS, um importante serviço público-estatal, resultante de anos de luta pela consolidação da Assistência como direito no Brasil, e como Proteção Básica, é a porta de entrada à consolidação dos referidos direitos e uma referência para muitas famílias frequentadoras da região no qual se localiza. Nessa direção, saberia entender, a partir de uma escuta sensível nos atendimentos, acolhimentos e visitas, as demandas que se apresentassem frente ao estagiário.

Durante o percurso do estágio curricular obrigatório em Serviço Social, realizado no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Oeste, a inquietação a respeito de responder às demandas das mulheres que buscam por empoderamento só se fez maior e mais presente no cotidiano da vivência profissional. Apesar das dificuldades particulares de vida, a que todo estudante como ser social é condicionado na estrutura capitalista, tornou-se possível essa ótima oportunidade de estágio.

Deslumbrar a postura ética e qualificada das Assistentes Sociais em fazer o possível para dar ferramentas de incentivo ao empoderamento dessas mulheres foi extremamente gratificante, entendendo que o trabalho técnico, por mais exemplar que seja, como uma instituição pública ainda em construção de um serviço de qualidade, com a falta de articulação objetivada na produção da PNAS, do Sistema Único de Assistência Social SUAS, dificulta a resposta ao usuário. Na realidade, o que se apreendeu é um paradoxo entre o que há na teoria e o que é repassado pelo Estado e pela gestão Municipal como responsáveis pela estrutura física e sócio-ocupacional do CRAS. Dessa forma, trazendo sobrecarga ao trabalho, dificultando um trabalho que tenha em vista totalizar a experiência do usuário em expressar o seu empoderamento como sujeito social e político.

Portanto, debruçando-se em uma leitura crítica da realidade, enfrentando as dificuldades que resultam de uma precarização das políticas públicas e de um gerenciamento desqualificado da política social, como parte do processo de transformação, e em busca de uma nova ordem societária, este estudo pensa em devolver à sociedade, como um incentivo à luta pela qualidade dos serviços e pela implementação direta e clara do que se está representado na PNAS e no SUAS.

Todo embasamento teórico-crítico apreendido durante a graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Maria UFSM contribuiu para a presente escolha de tema, para a leitura da realidade em Marx, para a apreensão do direcionamento ético-político como profissional da assistência social, sabendo e preparando o profissionalismo que enfrentará muitas dificuldades, e que também concretizará muitas possibilidades de intervenção ao usuário.

Como estudante, mãe e trabalhadora, enfatizo que são poucas as oportunidades que se estabelecem como forma de incentivar a qualidade de ensino na rotina de estudos na estrutura acadêmica. É com muita luta que se chega a bons resultados quando não se tem a estrutura necessária, visto que a pandemia do COVID-19 também foi mais um agravante nesse percurso, visto que as práticas de EAD, ao passo que ajudam nas rotinas diárias domésticas, também atrapalham, já que estas se sobrepõem aos estudos, resultando em dificuldades de concentração e qualidade.

A Universidade pública, como porta de conhecimento, possibilita a formação qualificada, e, portanto, permite ao estudante devolver à sociedade parte do que foi desenvolvido e materializado ao longo do percurso acadêmico, em forma de agradecimento pela oportunidade e também como incentivo ao ensino público emponderado e de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo. 2000.
- _____. Resiliência: a construção de uma nova pedagogia para uma escola pública de qualidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Código de Ética do(a) Assistente Social comentado; CFESS (Org.)**. São Paulo: Cortez, 2012. BRASIL. Código de Ética do Assistente Social. Lei 8662/ 93 de regulamentação da profissão, 10ª Ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2011.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Imoriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Mulheres são protagonistas em programas e ações do Ministério da Cidadania. Brasília (DF): 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mulheres-sao-protagonistas-em-programas-e-acoes-do-ministerio-da-cidadania-1>. Acesso em: 21 Jan. 2021.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica (NOB-SUAS). Brasília, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS2004) e Norma Operacional Básica (NOB/SUAS 2005). Brasília (DF), 2005.
- BRASIL. Planos de Assistência Social: Diretrizes para Elaboração. CapacitaSuas Volume 3. Brasília, 2008.
- BRASÍLIA. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Trad. Susana Bornéo Funck. Estudos feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002. Entrevista concedida a Baukje Prins e Irene Costera Meijer. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11634.pdf>. Acesso em: 05 de Fev 2022
- CARRION, R. S. M; GARAY, A. Organizações Privadas Sem Fins Lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. Tempo Soc., São Paulo, v. 12, n. 2, p. 237-255, nov., 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n2/v12n2a15.pdf>
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecendo o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Geledés, 06 mar. 2011. Disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 20 de fev.2022.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para atuação dos/as assistentes sociais na Política de Assistência Social. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, Brasília, 2011.

CISNE, Mirla. A “Feminização” da Assistência Social: apontamentos históricos para uma análise de gênero. Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução CNAS nº 11, de 23 de setembro de 2015. Brasília (DF), 2015.

COCNPA. Comissão Organizadora da I Conferência Nacional, Popular, Autônoma: por Direitos, Democracia e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Recomendações sobre o direito alimentação no contexto da covid. 2020. Disponível em: <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2020/03/2020-recomendacoes-sobre-direito-alimentacao-no-contexto-da-covid-2.pdf>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

COUTO, Berenice Rojas., YAZBEK, Maria Carmelita. SILVA E SILVA, Maria Ozanira. RAICHELIS, Raquel. Sistema Único de Assistência Social no Brasil - uma realidade em movimento.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, Empoderamento de mulheres. Avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra, 2005

FRIEDMAN, John. Empowerment - uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras, Celta, 1996

GODINHO, T. Trabalho com famílias. Textos de Apoio, São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência Social/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n.2, 2004.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, 223-244, 1984.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade v.13, n.2, p.20-31, 2004.

GUERRA, Yolonda. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social, 2000.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HOFLING, H. M. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, 21 (55), 30-41, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IPEA. Estudo do IPEA traça um perfil do trabalho doméstico no Brasil, 2019 – disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255

LISBOA, T. K. Gênero, Classe e Etnia – Trajetória de mulheres migrantes. Florianópolis & Chapecó, Editora da UFSC & ARGOS, 2003

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro primeiro, tomo I. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Resolução nº 269, 2006.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et.al (Orgs.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a categoria mulher? In: ALGRANTI, Leila. A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas-SP, IFCH/UNICAMP, vol.48, 2002. pp.7-42

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y Modernidad-racionalidad". In: BONILLO, Heraclio (comp.). Los conquistados. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In.: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set. 2005

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 194

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. Pobrezas e Desigualdades no Terceiro Mundo São Paulo: Nobel, 1997.

SARDENBERG, Cecília M. B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>>. Acesso em: 20 de fev. 2022. [Transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia].

SERAFIM A.P, DURÃES R.S.S, ROCCA C.C.A, GONÇALVES P.D, SAFFI F, CAPPELLOZZA A, et al. (2021) Exploratory study on the psychological impact of COVID-19 on the general Brazilian population. PLoS ONE 16(2): e0245868. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0245868>

SOUZA, Vanessa Bezerra de. Gênero e serviço social: desafios a uma abordagem crítica / Vanessa Bezerra, Renato Veloso. – São Paulo: Saraiva, 2015. 240p.

SOUSA, T. R.; GONÇALVES, A. M.; SANTOS, A. B. B.; VIEIRA, B. M. S.; DANTAS, L. S.; ALVES, M. B. FAMÍLIA, MULHER E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 86-101, jan./jun. 2020.

SPOSATI, A, de O. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. Cortez, 1998

TONET, Ivo. Cidadania e emancipação humana, *Revista Espaço Acadêmico*, São Paulo, n. 44, no IV, jan. 2005. Disponível em: <http://www.espaçoacademico.com.br/>.

VIEIRA, Evaldo. Estado e Miséria no Brasil de Getúlio a Geisel. São Paulo, Cortez, 2004.

YAZBEK, M. C. Classes subalternas e assistência social. Cortez, 1993

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. *Temporalis*, Brasília n. 3, 2. ed., p. 33-40, jan/jul 2004.